REVISTA DA FUNDARTE
ANO 21
NÚMERO 46
JULHO A SETEMBRO DE 2021
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO




# OS PROFESSORES DE ARTES E O ENSINO DA MUSICALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Anna Alice Morantt*
*Argos Gumbowsky*

DOI: http://dx.doi.org/10.19179%2F2319-0868.829



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

REVISTA DA FUNDARTE
ANO 21
NÚMERO 46
JULHO A SETEMBRO DE 2021
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO




# OS PROFESSORES DE ARTES E O ENSINO DA MUSICALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Anna Alice Morantt*[1]
*Argos Gumbowsky* [2]

**Resumo:** Este estudo é resultante de uma pesquisa que aborda o ensino da musicalização nos anos iniciais do ensino fundamental das redes públicas municipal e estadual de Canoinhas, Santa Catarina, no ano letivo de 2020. O objetivo foi investigar as práticas pedagógicas dos professores de artes que atuam na rede escolar do município, bem como compreender as dificuldades que os docentes enfrentam na adoção do ensino musical como facilitador da aprendizagem dos alunos. A importância dessa pesquisa se constitui pelo diagnóstico dos problemas enfrentados nas escolas da rede municipal e estadual do município de Canoinhas com relação à introdução da musicalização em sala de aula. A metodologia adotada engloba a pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica, documental, de campo e quali-quantitativa. A população se constitui por 20 professores de Artes atuantes nos Anos Iniciais de Ensino Fundamental das escolas municipais e estaduais de Canoinhas. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se um questionário composto por questões abertas e fechadas por meio da ferramenta *online google forms*. Foi possível constatar que os professores se sentem despreparados para o ensino da musicalidade, isso porque suas formações são em Artes Visuais (o que não contempla a formação musical); o espaço físico não é adequado; a carga horária muito baixa; há a insuficiência de material e instrumentos; há a falta de oferta de cursos de capacitação aos docentes. Não obstante, é possível compreender que é preciso que se invista em formações pedagógicas aos professores com vistas a promover a melhoria do ensino musical, bem como o desenvolvimento da fruição dos alunos com relação a esse componente curricular obrigatório.

[1] Docente da rede pública municipal de Canoinhas, SC e da rede pública do estado de Santa Catarina. Licenciada em Artes Visuais e em Pedagogia pela Universidade do Contestado - campus Canoinhas.

[2] Formação: Licenciado em Pedagogia pela Fundação das Escola do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC). Especialista em Metodologia do Ensino pela Universidade Federal do Paraná (UFPr). Mestre em Educação: Ensino Superior, pela Universidade Regional de Blumenau (Furb). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Universidade: teoria e prática. Atuação profissional: Professor efetivo do quadro do magistério público estadual na EEB Santa Cruz. No ensino superior é docente credenciado pela Universidade do Contestado (UnC) como docente nos cursos de graduação. Na UnC ocupou cargos de coordenador de Curso de Graduação, do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Direção Acadêmica do Campus Universitário de Canoinhas até o ano de 2010. Integrante do corpo docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional como responsável pelas disciplinas 'Universidade e Desenvolvimento Regional' e Educação e Desenvolvimento Regional'. Líder do grupo de pesquisa 'Educação, Política e Sociedade' dedicando-se a pesquisas nas seguintes linhas: Educação básica e profissional no Brasil; Educação e desenvolvimento regional; Formação de Educadores; Políticas Educacionais no Brasil e Desenvolvimento Local/Regional; Universidade e desenvolvimento local/regional; Universidade: história, políticas e avaliação. Integra o banco de avaliadores do MEC/INEP e do CEE/SC. Participou como delegado da CONAE nas esferas municipal, estadual e federal nas edições de 2014 e 2018. Integra: a) Comissão Estadual para Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação - Cemapee para o decênio 2015 – 2024; b) o Fórum de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação de Canoinhas. Integra o Conselho Municipal de Educação de Canoinhas, sendo seu Presidente.



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

**Palavras-chaves**: Artes. Educação musical; Formação de professors; Metodologia de ensino; Relação teoria-prática.

## ART TEACHERS AND TEACHING MUSICALITY IN THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

**Abstract**: This study is the result of a research that addresses the teaching of musicalization in the early years of elementary education in the municipal and state public networks of Canoinhas, Santa Catarina, in the academic year of 2020. The objective was to investigate the pedagogical practices of art teachers who work in the municipal school network, as well as understanding the difficulties that teachers face in adopting musical education as a facilitator of students' learning. The importance of this research is constituted by the diagnosis of the problems faced in municipal and state schools in the city of Canoinhas regarding the introduction of musicalization in the classroom. The methodology adopted includes exploratory, descriptive, bibliographic, documentary, field and qualitative and quantitative research. The population consists of 20 Art teachers working in the Early Years of Elementary Education at the municipal and state schools of Canoinhas. As a research instrument, a questionnaire composed of open and closed questions was used using the online tool google forms. It was possible to verify that the teachers feel unprepared for the teaching of musicality, this is because their training is in Visual Art (which does not include musical training); the physical space is not adequate; very low workload; there is a lack of material and instruments; there is a lack of training courses for teachers. Nevertheless, it is possible to understand that it is necessary to invest in pedagogical training for teachers in order to promote the improvement of musical education, as well as the development of students' enjoyment regarding this mandatory curricular component.

**Keywords**: Arts. Musical education; Teacher training; Teaching methodology; Theory-practice relationship.

## INTRODUÇÃO

A educação musical se refere aos processos de ensino e de aprendizagem da música. Assim, partindo do pressuposto que essa se faz presente na vida de todos, é de suma importância para o desenvolvimento integral da criança trabalha-los na escola. Por meio das brincadeiras que envolvem as ações de cantar, tocar instrumentos, expressar-se corporalmente, que é possível desenvolver nas crianças o mundo imaginário, a fala, a coordenação motora, a socialização e a afetividade.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a música é uma das 5 unidades temáticas (‘artes integradas’, ‘artes visuais’, ‘teatro’, ‘música’ e ‘dança’) do componente ‘arte’, que faz parte da área de conhecimento ‘linguagens’. Cada umas dessas unidades é composta por objetos de conhecimento que estão relacionados a habilidades (ABREU; AQUINO, 2018). Apoiado nisso, este artigo tem como objetivo apontar quais as dificuldades de docentes que atuam nos Anos

Iniciais do Ensino Fundamental na adoção da música como facilitadora da aprendizagem dos alunos da rede pública do município de Canoinhas, localizado em Santa Catarina.

O Currículo do Território Catarinense foi tecido a partir da Base Nacional Comum Curricular, aprovada em dezembro de 2017. Contudo, vale ressaltar que o Estado de Santa Catarina desfruta de um caminho histórico e cultural nos seus currículos, o qual necessita compreensão, respeito e (re)significações nos percursos que vão e foram se modificando e se alinhando ao longo do tempo (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2019).

A importância dessa pesquisa se constitui pelo diagnóstico dos problemas enfrentados nas escolas da rede municipal e estadual do município de Canoinhas com a introdução da musicalização em sala de aula. A musicalização é o primeiro contato das crianças que estão ingressando cada vez mais cedo na escola, portanto, devem ser consideradas inúmeras possibilidades de trabalho para essa unidade temática, para que sirva de aporte à aprendizagem dos envolvidos.

Para compreender o contexto do ensino de música pelos professores de arte da rede municipal e estadual de Canoinhas, o artigo apresenta uma abordagem reflexiva a respeito das metodologias utilizadas nos planejamentos dos professores, e busca compreender como a musicalização se desenvolve nas escolas públicas do munícipio de Canoinhas.

## A LEI FEDERAL n.º 11.769 NO ÂMBITO DA REDE DE ENSINO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

A Lei Federal n.º 11.769, de 18 de agosto de 2008, torna obrigatório o ensino da música na Educação Básica. Como resultado, independente da formação do professor de Arte, ele deve buscar subsídios para o ensino dessa unidade temática na escola como componente curricular.

Ainda lei nº 9.394/1996, em seu artigo 1º, estabelece que o ensino da música é obrigatório na Educação Infantil e no Ensino Fundamental nas redes municipais de



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

ensino. Em adição, o artigo 2º determina que as escolas integrantes da rede municipal de ensino devem adaptar os planos de estudo, a fim de incluir em seus currículos o ensino da música. Por fim, o artigo 3º estipula que o ensino da música não se constituirá como disciplina exclusiva do currículo, mas, sim, como uma linguagem trabalhada no formato de oficinas multidisciplinares, obedecidas as diversidades e peculiaridades e autonomia de cada comunidade escolar (BRASIL, 2008, p. 1).

A formação do professor de Arte em sua totalidade está voltada para Artes Visuais, e a lei requer um professor de arte polivalente, que trabalhe todas as linguagens de artes. Nesse sentido, o texto traz argumentos em relação ao cumprimento da lei ao enfatizar a escola como único espaço garantido constitucionalmente para o ensino da música, porém, aborda que a formação do professor em artes visuais apresenta algumas dificuldades para trabalhar a musicalização na disciplina.

## A MÚSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NO CURRÍCULO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

O estado de Santa Catarina, para garantir a qualidade do sistema de ensino, aprovou o Currículo Base do Território Catarinense em concordância com a Base acional Comum Curricular (BNCC). A construção do documento se deu de forma coletiva, sendo conduzida pela Secretaria de Educação em regime de colaboração com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o Conselho Estadual de Educação (CEE) e, também, com a participação da Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

O processo de elaboração teve início no ano de 2015, com encontros entre os professores no ano de 2017. Foi entregue um documento preliminar ao Conselho Estadual de Educação no ano de 2018. O currículo base foi finalizado no ano de 2019 mediante realização do I Seminário de Formação Continuada sobre



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

Indicadores Educacionais e Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense, evento no qual estiveram presentes mais de 500 profissionais da educação (BRASIL, 2019, s.p.).

O documento final da BNCC evidencia 61 habilidades no componente de Arte, as quais precisam ser desenvolvidas ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental e mobilizadas a partir de objetos do conhecimento que reúnem os conteúdos, conceitos e processos que devem ser abordados no componente curricular (AMPLANORTE, 2020).

Dialogando com os objetos do conhecimento do componente de Arte da BNCC, a proposta curricular do Território Catarinense também destaca três eixos (fazer, ler e contextualizar) que estão presentes nos planejamentos dos professores de Artes no Planalto Norte. Tais eixos consideram a possibilidade de transição gradativa de apropriação das linguagens artísticas e de entendimento das suas especificidades, incluindo-se o ensino da música (AMPLANORTE, 2020).

Convém lembrar que, para Thomazelli (2016), pensar os sentidos da música dentro dos documentos oficiais envolve o leitor numa perspectiva de busca pela melhor compreensão sobre os desafios teóricos e práticos voltados a ela no campo escolar. Tratam-se de olhares que se lançam em direção à filosofia e à educação, olhares que se encontram formando um amálgama reflexivo para o fazer docente. Assim sendo, em conformidade ao texto da BNCC, vê-se que;

> A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para a sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade. (SOUSA; LOURENÇO, 2017, p. 11).

Assim, a música oportuniza além da expressão artística, o desenvolvimento da sensibilidade e da interação social e cultural, elementos muito importantes para a participação ativa do aluno na sociedade.

De acordo com a proposta curricular do estado de Santa Catarina para o ensino de Artes, os temas abordados deverão contemplar uma postura interdisciplinar e devem corresponder às linguagens visual, cênica (teatro e dança) e musical (SANTA CATARINA, 2019). Isso significa que o professor de Artes terá como ponto de partida, no seu planejamento, o conhecimento específico para a qual se formou, e que as outras linguagens devem enriquecer as possibilidades de criação e produção no âmbito educativo (AMPLANORTE, 2020, p.517).

Ainda, a BNCC traz como objetos do conhecimento em Arte: contextos e práticas; elementos da linguagem; matrizes estéticas e culturais (em artes visuais); materialidades (em artes visuais e música); processos de criação; sistemas de linguagem; notação e registro musical (em música) (SANTA CATARINA, 2019, p. 239). Nesse sentido, os docentes dessa disciplina poderão englobar temas como arte indígena, livros, filmes, apresentações musicais etc., partindo de uma aprendizagem que será significativa e contextualizada ao considerar o diálogo com as outras linguagens e proporcionar o desenvolvimento das dimensões artísticas de criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão.

A interdisciplinaridade com outros componentes da área de linguagens pode ser realizada para o ensino da musicalidade, por meio de temas em comum que busquem integrar sua diversidade. De acordo com Souza (2011), para trabalhar a música como objeto interdisciplinar é preciso ter em mente que:

> A compreensão da linguagem e escrita musical acontece através da decodificação do código musical e interpretação de seus símbolos, que envolve conceitos matemáticos e da escrita da língua mátria, pois, para cada símbolo musical existe uma palavra que o representa. Outra possibilidade de trabalhar a interdisciplinaridade com música são as características do som, pois o mesmo é encontrado na natureza (som dos ventos, trovão, água da cachoeira, folhas das árvores, do vento). Provavelmente tenha sido o som da natureza que tenha inspirado o homem a dominá-lo e a fazer música e a se manifestar. A música desenvolveu-se através do tempo em todas as civilizações. (SOUZA, 2011, p. 28).

Sendo assim, o professor de arte pode trabalhar a interdisciplinaridade com outras disciplinas de forma a promover maior compreensão da musicalidade, principalmente trabalhando com a sonorização a partir dos elementos da natureza.

Analisa-se que a formação unidocente dos professores dos Anos Iniciais, a partir do curso de pedagogia, vincula-se ao processo de alfabetização por meio de várias metodologias, portanto, é importante que esses profissionais mobilizem e trabalhem os conhecimentos musicais no cotidiano de suas aulas. É primordial que façam isso com repertório de informação e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos e práticas que podem ser fundamentadas na interdisciplinaridade para contextualização e democratização dos conteúdos (SANTOS, 2006).

## A COMPREENSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO MUSICAL ESCOLAR

De acordo com Sousa e Lourenço (2017), a Educação Musical ou Ensino de Música pode ser definida como uma disciplina escolar presente no currículo das escolas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, e Ensino Médio, com o objetivo de organizar conhecimentos musicais em suas múltiplas formas sonoras, a partir de práticas desenvolvidas individuais e coletivamente dentro do espaço escolar.

Assim, é considerada como um processo de ensino e integração de cultura que busca desenvolver as potencialidades dos alunos, auxiliando-os no desenvolvimento de novas competências e teorias musicais, contribuindo para a familiarização com esse tipo de ensino e oportunizando aos educandos momentos de atividades práticas culturais de suma importância para formação social.

Em relação à trajetória da música na escola, após a substituição do Canto Orfeônico pela Educação Musical a partir da Lei Federal n.º 4.024/1961, os professores começam a estudar novas teorias sobre o ensino de Arte divulgadas no Brasil e no exterior, favorecendo o rompimento com uma estética direcionada à mimese que demarca a escola tradicional. Com isso, observam-se mudanças nas

ações pedagógicas dos professores de arte, que ainda hoje fazem parte das escolas brasileiras (SILVA, 2010).

As linguagens de Artes - visuais, dança, música e teatro - estão presentes no ensino da disciplina e têm importância pelo desenvolvimento integral e cultural que proporcionam ao aluno, sendo assim, cada linguagem desenvolve conhecimentos específicos repletos de significados. De tal modo, de acordo com Falcão (1997, p. 8),

> Estudar música não é mera diversão. É necessidade. Ensinar música é obrigação da escola, bem como valorizá-la tanto quanto às demais disciplinas, visando desenvolver todo o potencial dos alunos nas diversas áreas do conhecimento. Inicia-se com atividades que favoreçam a exploração de sons e timbres. Em seguida, trabalha-se a percepção rítmica, melódica, harmônica e dos demais elementos. É o trabalho de musicalização que vai levar o aluno a conhecer, descobrir e até criar novas maneiras de expressar-se através da música. Não basta ensinar "musiquinhas". É preciso incentivar a ouvir, perceber, captar e sentir o mundo sonoro de uma forma ativa, propondo estratégias que a levem a criança ao conhecimento da música de diferentes povos, épocas e compositores.

Godói (2011) salienta que “existem muitas possibilidades de buscar as contribuições da música no desenvolvimento da criança, uma vez que ela se faz presente em suas vidas antes de sua alfabetização”. A música aparece relacionada à criança desde o ventre da mãe e atravessa toda sua infância como meio de aprendizagem. Seja por meio de brincadeiras, jogos ou atividades do dia a dia, a música está presente como uma forma de expressão e diversão.

Alan Merrian categorizou dez funções musicais na sociedade, as quais são descritas pela seguinte ordem: expressão emocional, prazer estético, diversão, comunicação, representação simbólica, resposta física, reforço da conformidade a normas sociais, validação de instituições sociais e rituais religiosos, contribuição para a continuidade e estabilidade da cultura e preservação da integração social. Tais categorias são úteis, pois dizem sobre os caminhos pelos quais as crianças usam música e pensam sobre elas (SWANWICK, 2003).



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

Em relação à produção da musicalidade, de acordo com Souza (2009 *apud* BRUNHOLI, 2010), esta se centra na experimentação e na imitação, tendo como produtos musicais a interpretação, a improvisação e a composição. A apreciação é a percepção tanto dos sons quanto dos silêncios, procurando desenvolver através da escuta a capacidade de observação, análise e reconhecimento.

Para Silva (2010), existem inúmeras possibilidades de estimular a criança por meio da música, como o estudo do som de diferentes materiais e objetos que podem ser encontrados até mesmo na sala de aula. As atividades a partir da exploração de sons podem resultar na mudança de atitudes das crianças no cotidiano escolar, pois através do canto, da produção de sonorização a partir do corpo ou de batidas de objetos no chão, elas podem demonstrar prazer ou raiva. Tal fator evidencia a devida importância atribuída à interação e à atividade musical.

Anteriormente, quando o foco da disciplina de educação musical era o canto orfeônico, a preparação dos professores para o ensino de música tinha finalidade de formar técnicos com didática especializada na escrita musical, grafia e linguagem, para ensinar unicamente a melodia, harmonia, tonalismo, serialismo, cromatismo (SOUZA, 2009 *apud* BRUNHOLI, 2010). Nos dias de hoje, no entanto, trabalha-se a questão pedagógica desse componente; tanto nas licenciaturas de pedagogia quanto na escola para os alunos a base curricular é voltada para a musicalidade. Todavia, transformar as aulas de música em ensaios para festividades da escola também é lamentável, embora isso ocorra com frequência: quando uma festa termina, começam os preparativos para a próxima.

Ademais, o espaço físico, a localização e o material disponível devem ser considerados quando a escola oferece atividades artísticas. A sala de aula usada para as demais disciplinas não é adequada para as aulas de música. É na sala de aula adequada que o aluno precisa pesquisar o mundo sonoro por intermédio de experiências diversificadas, material didático, jogos, debates, instrumentos musicais e músicas. Assim, as noções teóricas devem complementar o planejamento, mas não ser o foco do ensino (FALCÃO, 1997).

De acordo com a BNCC, a materialização da música se dá por meio dos sons com os quais ela ganha forma, sentido e significado (BRASIL, 2017). É por meio dela que é possível desenvolver a sensibilidade das interações culturais, sendo assim, no ensino de música deve haver a ampliação e produção de conhecimentos musicais por meio da percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação sonora. Os materiais devem ser diversos, tanto próximos quanto distantes da cultura musical dos alunos, para criar possibilidades de vivenciar a música por meio de toda sua diversidade cultural e desenvolver saberes musicais fundamentais para inserção e participação na sociedade (BRASIL, 2017).

Assim, em concordância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sobre o ensino da música em relação a formação do cidadão, “é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula” (BRASIL, 1997, p. 54).

## MÚSICA NA ESCOLA: FUNÇÕES E VALORES NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO

De acordo com Camargo (2009), a expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética. A música também cria um terreno favorável à imaginação quando desperta as faculdades criadoras de cada um.

Tendo em vista que, na Educação Básica, a música está sendo tratada como instrumento com o intuito de alcançar objetivos educacionais em outras disciplinas, os educadores musicais devem garantir autenticidade da vivência musical, inserindo-a nas salas de aula de modo abrangente em diálogo com a linguagem específica (URIARTE, 2005).

Para Araujo (2015), a música não é somente uma junção de sons e letras, mas, sim, um rico subsídio que pode fazer a diferença nas escolas, pois desperta o

indivíduo para um mundo satisfatório e prazeroso, o que facilita a aprendizagem e também a sua socialização no mundo. A inserção do lúdico e, nesse caso, da educação musical, vai além de implantar, estabelecer e aplicar currículos sem nenhum recurso que desperte a atenção dos educandos, isso porque a música representa um fator importante no desenvolvimento do ser humano, contribuindo nas aquisições de hábitos e valores que fazem parte do exercício da cidadania.

Para Sousa e Lourenço (2017), essa disciplina passa a ter um papel importante na formação das crianças. Esses autores afirmam que a musicalidade nos Anos Iniciais desenvolve nas crianças situações diversificadas de aprendizagem, em que são aprimorados diversos conhecimentos de percepção e audição que auxiliam nas habilidades de outros conteúdos escolares, como na leitura, na escrita, no raciocínio matemático, entre outros.

Assim, buscar entender de que forma essas atividades práticas de ensino se desenvolvem no ambiente escolar, e de que maneira condicionam os alunos à aprendizagem, torna-se um elemento chave para todos os pesquisadores que se preocupam com a temática.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva, bibliográfica, documental e quali-quantitativa.

Dentre os documentos utilizados, cita-se: a Lei Federal n.º 9.394/96; Lei Federal n.º 11.769/2008; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o Currículo Base do Território Catarinense; a Proposta Curricular de Educação Básica das redes municipais da Amplanorte e documentos da Coordenadoria Regional de Educação e da Secretaria da Educação de Canoinhas.

A população que faz parte desse estudo é composta de professores que atuam na rede de ensino pública municipal e estadual no ano de 2020. Na rede pública municipal de Canoinhas atuam 21 professores na disciplina Artes nos Anos Iniciais, e nas escolas estaduais atuam 13 professores da mesma disciplina.



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

Assim, este estudo contou com a participação de 20 professores, os quais possuem formação em Artes e Pedagogia. A amostragem organizou-se de forma aleatória simples. Esses profissionais responderam a um formulário do aplicativo *Google Forms,* enviado aos *e-mails* e grupos de *WhatsApp* dos docentes da rede municipal e estadual de ensino do munícipio de Canoinhas.

O questionário enviado, instrumento de coleta de dados, conteve perguntas abertas e fechadas a respeito do ensino da musicalização nas escolas de rede pública do município de Canoinhas (SC), bem como questões sobre o conhecimento dos profissionais no tocante à legislação vigente que rege o ensino da música nas escolas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

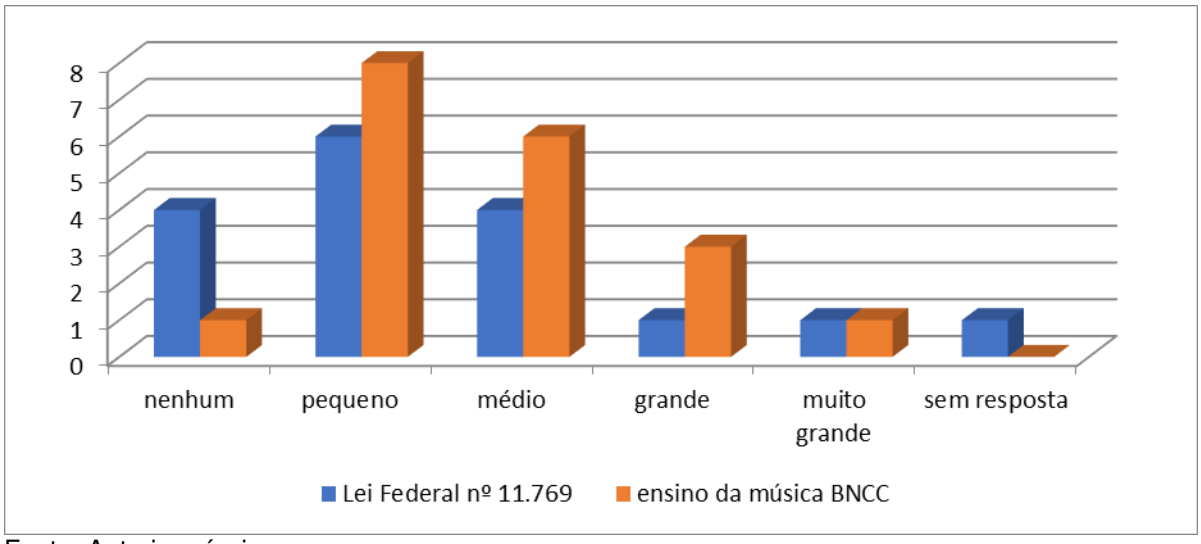
A caracterização do perfil dos pesquisados aponta que 60% da população atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e 40% está atuando nos Anos Finais do Ensino Fundamental. No momento da pesquisa, em relação ao gênero, 95% se declara do gênero feminino e 5% do gênero masculino. Em relação ao sistema de Ensino, 60% atua nas escolas municipais de ensino e 40% nas estaduais do munícipio de Canoinhas. Em relação à formação acadêmica dos pesquisados, contatou-se que 55% possui especialização na área de Artes, em oposição à 5% que possui apenas o Ensino Médio.

Tendo isso em vista, para Torrente (2016), o licenciado se prepara para desenvolver um processo de construção de conhecimento efetivo junto ao aluno, ou seja, aprende a ensinar. Esse autor enfatiza isso relembrando que, com a aprovação da lei n. 11.769 (BRASIL, 2008), houve muitas dúvidas e maus entendidos em relação a quem iria atuar com o conteúdo de música na escola. Assim, é preciso lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) não especifica a formação dos professores para atuarem nas disciplinas, mas exige a licenciatura.

Como já dito anteriormente, essa lei determina a obrigatoriedade do ensino de música na escola. Com relação à presente pesquisa, a maioria dos participantes tem um pequeno conhecimento sobre a lei e obrigatoriedade do ensino de música. O

Gráfico 1 aponta o conhecimento das leis que regem o ensino da música juntamente com o conhecimento da música relacionado à BNCC.

Gráfico 1: Conhecimento da Lei Federal n. 11.769/2008

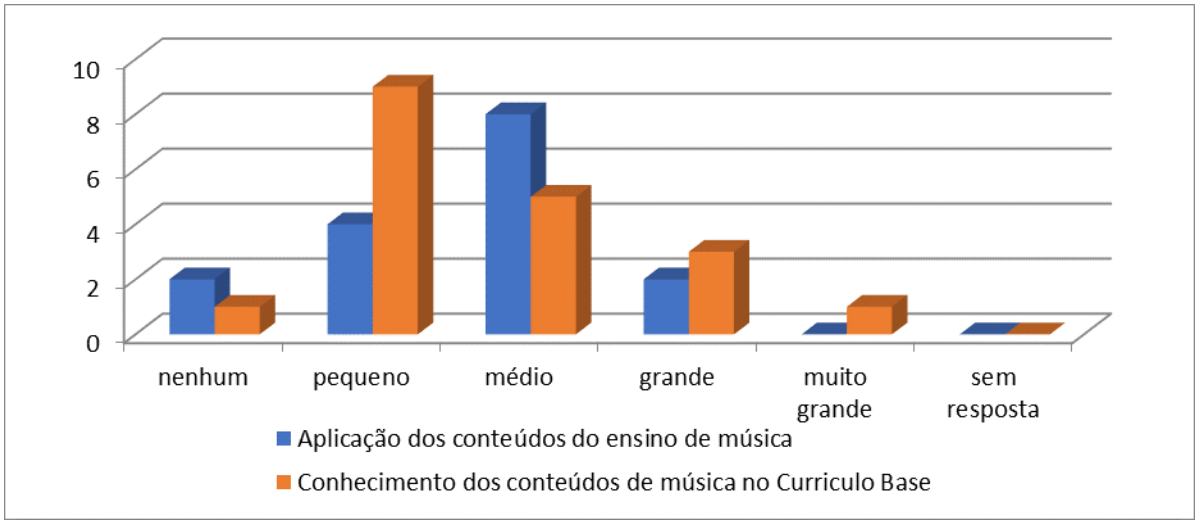



Fonte: Autoria própria.

A partir do Gráfico 1 é possível compreender que a maioria dos entrevistados apresentou pouco conhecimento acerca da Lei Federal n.º 11.769, bem como sobre o ensino da música segundo a BNCC. No entanto, para fazer o planejamento das atividades educativas é necessária a aquisição desses conhecimentos para implantação de metodologias que abarquem todas as linguagens em Artes.

Igualmente, é de grande relevância o conhecimento do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense para a implantação dos conteúdos por parte do plano docente individual de cada professor, para que o ensino esteja em congruência com aquilo que é proposto pelos Parâmetros Curriculares da Base e do currículo que regem a educação (Gráfico 2).

Gráfico 2: Aplicação conteúdos e conhecimento Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense




Fonte: Autoria própria

Este gráfico demonstra os resultados abordados sobre o conteúdo de música no planejamento do professor de Artes, bem como o conhecimento a respeito do ensino de música no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Em relação ao currículo, pesquisou-se quais professores aplicaram aos seus planejamentos o conteúdo de música.

Nesse patamar, os resultados apontam que a maioria dos pesquisados aplicam pequena parte do conteúdo de música aos seus planos de ensino, além disso, demonstram pouco conhecimento em relação ao Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

De acordo com o parecer n.º 001/CME/2020, de 10 de fevereiro de 2020, a proposta curricular da educação básica das redes de ensino dos municípios da Amplanorte, para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, constitui-se em documento de referência para a adequação dos currículos à BNCC e das propostas pedagógicas dessas etapas da Educação Básica. Assim, mesmo que esse parecer constitua-se como um documento importante para referências dos planejamentos dos professores, esta pesquisa aponta que há desconhecimento dos professores participantes a respeito do Currículo do Território Catarinense.

Como já visto, a presença da música na escola é de extrema importância para o desenvolvimento expressivo do educando, diante disso, a pesquisa com os docentes apontou cinco fatores como relevantes para sua inclusão no plano de ensino do professor de Artes, quais sejam: 1- música ensina de forma lúdica e divertida, aumentando o desempenho do aluno; 2- é música pode refletir contextos históricos e inserir os alunos dentro da cultura local e regional; 3- música pode ajudar na interação e integração entre alunos; 4- música melhora a leitura e a compreensão de textos e também o desempenho em matemática; 5- música estimula novas habilidades e formas de expressão.

Dessa forma, ao afirmar que o ensino da música deve se dar de uma forma lúdica e divertida, aumentando o desempenho do aluno, houve um elevado número de concordância pelos pesquisados, pois 79% concordou totalmente, em oposição a 6% que respondeu ser indiferente ao ensino da musicalidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Goés (2009) afirma que a música é uma forma de conhecimento que possibilita modos de percepção e expressão únicas, não podendo ser substituída. É por meio da música que o educando desenvolve meios de percepção e expressão possibilitadores de aprendizados únicos (GOÉS, 2009).

Os professores participantes concordam que a inserção da música nos contextos históricos e a inserção dos alunos na cultura local e regional, contribui para o desenvolvimento integral dos envolvidos. Sendo assim, Moraes (2000) explica que a música é a forma artística que trabalha com os sons e ritmos nos seus diversos modos e gêneros, geralmente permite realizar as mais variadas atividades sem exigir atenção centrada do receptor, apresentando-se no nosso cotidiano de modo permanente, às vezes de maneira quase imperceptível. Entre as inúmeras formas musicais, a canção popular (verso e música), nas suas diversas variantes, certamente é a que mais embala e acompanha as diferentes experiências humanas.

Sobre a afirmativa de que a música pode ajudar na interação e integração entre alunos, 89% dos participantes respondeu que concorda totalmente, 5% que concorda parcialmente e 6% não soube responder. Nesse sentido, Bréscia (2003, p.



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

81 *apud* MOREIRA *et al*., 2014, p. 48) explica que "[...] o aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo".

De acordo com Moreira *et al.* (2014), a música ajuda na construção do caráter, da consciência e da inteligência emocional do indivíduo, uma vez que desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporciona um estado agradável de bem-estar, facilita a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, além de ser um agente cultural que contribui efetivamente na construção da identidade do cidadão. Esse autor afirma ainda que a música transforma conceitos espontâneos em conceitos científicos, desenvolve habilidades como autodisciplina, paciência, sensibilidade, coordenação, e as capacidades de memorização e de concentração são valorizadas com o estudo da música.

Nesse sentido, os participantes afirmam que a música estimula novas habilidades e formas de expressão, visto que houve o predomínio de concordância em relação ao seu conceito. Seu ensino é instrumento facilitador do processo de aprendizagem em que a criança aprende a ouvir de maneira ativa e reflexiva, já que quanto maior for o exercício de sensibilidade para os sons, maior será a capacidade para ela de desenvolver sua atenção e memória (ANDRADE, 2012).

Considerando os motivos do ensino da musicalidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foco da pesquisa presente, os pesquisados conceituam que: "estimula novas habilidades e formas de expressão", "aumenta o conhecimento sobre linguagens, estimulação, desenvolvimento sensível", "uma ferramenta de estudo que facilita o processo de ensino e aprendizagem", sendo que, também "desenvolve nos alunos estimulação, desenvolvimento sensível, cognitivo, expressivo", "percepção, estimulo, cultural, motricidade", "é totalmente pertinente o uso da música para o ensino aprendizagem das e demais disciplinas", "é de grande valia para o ensino e aprendizagem dos alunos".

De acordo com os participantes, quando questionados sobre a promoção de cursos de capacitação para o ensino de música propiciados pela rede de ensino na



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

qual atuam, raramente acontecem. Quando questionados sobre a frequência de participação em cursos custeados por eles mesmos, 40% respondeu que raramente faz cursos de capacitação na área, 30% respondeu que fez poucas vezes e 30% indicou que nunca custeou capacitações. Tais dados demonstram que os professores não investem no currículo profissional com vistas a ampliar seus estudos.

Queiroz e Marinho (2007) apontam que a formação continuada é considerada como diretriz fundamental para a capacitação profissional de professores, sendo amplamente enfatizada nas políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos demais órgãos gestores da educação nacional (secretarias municipais e estaduais de ensino, etc.). Nesse sentido, a formação profissional precisa ser entendida como uma ação necessária e de fundamental valor para subsidiar a atuação dos professores da educação básica e das demais modalidades de ensino do Brasil.

Em conversa informal com a Secretaria de Educação do munícipio de Canoinhas, cursos de capacitações voltados a atender as necessidades pedagógicas dos docentes são ofertados aos professores durante o ano letivo. No ano de 2019, a Secretaria de Educação proporcionou diversos encontros aos professores de artes, buscando ofertar melhor aprendizagem e trocas de experiências entre os professores da área, dentre os quais foi trabalhada a musicalidade na escola.

Já os participantes que trabalham para o Estado ressaltaram que a oferta da capacitação específica em música não acontece há algum tempo. Sobre isso, é importante ressaltar que na resolução do CNE/CEB n. 2, de 10 de maio de 2016, que define as Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, ressalta-se que a formação continuada para os professores de música possui responsabilidades atribuídas às escolas, às Secretarias de Educação, Ensino Superior e Ministério da Educação (BRASIL, 2016, p. 3).

Vale ressaltar que, aos professores da rede pública estadual, a oferta da capacitação específica em música não está ocorrendo de acordo com as pesquisadas. Isto ocorre há um longo período.

Outras práticas pedagógicas adotadas pelos professores de Artes, ao trabalhar a musicalização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, citadas na pesquisa, foram: a ludicidade, teatro, a música na dança, bandinha rítmica, performances, construção de instrumentos com sucata, festivais de canto, libras, materiais alternativos para desenvolvimento de percepção do som, como copos, chocalhos. Sendo assim, denota-se que os docentes de Artes introduzem variadas formas de aprendizagem da musicalidade no ensino de Artes, buscando formas apropriadas para trabalhar o som, ritmo, composição e outros elementos pertinentes à música.

Ainda, foi questionado aos participantes que conteúdos utilizam durante as aulas de Artes para a musicalidade, ocasião em que responderam: corpo/ação/movimento, elementos básicos da música gêneros, tempo e ritmo e interpretação de letras de músicas. Com isso, é possível inferir que a maioria dos professores raramente utilizam conteúdo, contextos e práticas, sendo que 2% nunca utilizam a notação e registro musical, ainda que sejam objetos de conhecimento que devem desenvolver as habilidades apontadas pela BNCC (BRASIL, 2017).

Os objetos do conhecimento que são bastantes citados sobre o conteúdo aplicado ao ensino de música são: elementos da linguagem, materialidade, expressão corporal. Sobre os conteúdos, Penna (2002) diz que:

> [...] o professor de Arte costuma ter bastante liberdade para planejar suas aulas, pois poucas redes de ensino têm propostas curriculares ou conteúdos programáticos para a área de arte ou para as linguagens específicas. Quando tais propostas existem, são frouxamente aplicadas e/ou vigoram por pouco tempo [...].

De acordo com a BNCC (2017), o aluno deve experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons

corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo. No entanto, o estudo aqui realizado revela que a maioria dos docentes participantes poucas vezes trabalha com ritmos por meio de som, improvisação, cantoria e audição. A média dos que frequentemente trabalham com esses processos é de 33%, visto que os outros 67% realizam poucas vezes ou raramente essas atividades de musicalidade. A partir disso, é possível compreender que os professores de artes não seguem as habilidades descritas na BNCC.

De acordo com Werlang (2016), as habilidades e competências que se pretende atingir no ensino de Arte contemplam a produção e apreciação de produtos artísticos. O autor destaca que tais habilidades e competências envolvem a improvisação musical, a qual se utiliza da voz e instrumentos criados, assim como leitura e escrita musical não convencional.

Os dados da pesquisa (entre 12% e 17% dos profissionais) revelam que os professores de Artes dos Anos Iniciais costumam incluir em seus planejamentos o estudo de: música vocal, hinos, músicas populares brasileiras, sons instrumentais, músicas folclóricas, melodias rítmicas, cantigas infantis sons do corpo, música clássica, erudita, pop, rock, projeto afro na escola. Sendo que 2% alegou que nunca utilizam hinos e cantigas infantis para o ensino de musicalização nessa modalidade de ensino.

Uma reflexão realizada a partir da musicalização nos Anos Iniciais é que as músicas das crianças só fazem sentido quando compreendidas amplamente, o que inclui todo o contexto do brincar. Na escola, muitas vezes, tal prerrogativa não é considerada, como quando são cantadas canções ‘do folclore’ sem estabelecer relações entre o contexto cultural e social no qual se inserem, como são cantadas, tocadas ou brincadas e quem são as pessoas que dela participam. Diante disso, considera-se importante que o professor insira em suas aulas temas que estejam no contexto dos educandos, que façam parte de sua cultura, para que a interação seja significativa (NATERA, 2011).



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

Quando questionados sobre que instrumentos musicais a escola de atuação disponibiliza para realização da educação musical, 6% dos professores responderam uma bandinha de música, 6% instrumento de percussão, 12% flautas, 6% violão, 6% violão, pandeiro e chocalhos, 6% violão, pandeiro e tambores, e 18,8% responderam que a escola não disponibiliza nenhum instrumento.

Segundo os professores, o repertório musical que os alunos apresentam como produto cultural mais consumido são as cantigas de roda, *funk*, *rap*, músicas populares etc. Já em relação à forma que a música melhora o processo de ensino e de aprendizado das crianças, os docentes apontam que esse envolvimento: “acalma, energiza, facilita o entendimento”, “melhora o raciocínio, memória, noções de matemática”, “contribui com a formação e desenvolvimento cognitivo, emocional”, “melhora concentração, coordenação motora, expressão oral e corporal”, “estimula novas formas de expressão, melhora a concentração”.

Os professores descreveram as principais dificuldades sobre o ensino da música (musicalização), nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sob as seguintes afirmativas: “falta de cursos de capacitação”; “falta de materiais”; “falta de formação pedagógica dos professores”; “falta de participação em encontros de formação para professores em Educação Musical”; “dificuldades para trabalhar com a linguagem musical em sala de aula”; “a falta de sala de Artes”; “habilidade em música”; “duração das aulas”; “não saber tocar nenhum instrumento”; “falta de conhecimento na área de música por não constar na grade curricular da formação acadêmica”; “instrumentos e instrutores;, falta de estimulação” e “reconhecer a música como facilitador de aprendizagem”.

Sobre as mudanças que poderiam acontecer nas escolas em relação ao ensino de música, os docentes ressaltaram: “profissionais capacitados e mais investimento em materiais”; “trabalhar com grupos específicos, aqueles alunos que realmente tem interesse na linguagem; dar mais reconhecimento ao ensino da música”; “disponibilizar ambientes para ensinar a música , materiais etc., seria muito melhor as aulas de artes”; “cursos de formação; prefiro trabalhar a música como coadjuvante do processo de aprendizagem”; “correlacionando a outros

conteúdos", "coisa que a reforma municipal inviabilizou nos anos finais de ensino, focando cada semestre em uma linguagem"; "deixar assim cada linguagem desencontrada do todo"; "mais oportunidades aos alunos cantarem na escola em datas comemorativas e investiria em instrumentos"; "o aluno aprenderia brincando, instrumentos diferenciados".

Ademais, 42,1% dos participantes disseram sobre a avaliação do conhecimento adquirido na graduação a respeito da música, que somente adquiriram conhecimento básico; 36,8% disseram que adquiriram conhecimento abaixo do básico; 15,8% adequado e 5,3% não souberam responder ao questionamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música é uma forma de comunicação e expressão apresentada ao indivíduo desde seus primeiros anos de vida. Tendo isso em mente, constatou-se que a música, quando integrada ao sistema escolar, propicia melhorias no processo de ensino e aprendizagem das crianças, pois, de acordo com os autores os professores participantes, a música acalma, energiza, facilita a compreensão de várias linguagens, melhora o raciocínio, memória, noções de matemática, entre outros fatores relevantes.

A partir da Lei Federal n. 11.769, de 18 de agosto de 2008, o ensino da música passa a ser obrigatório, no entanto, não está sendo contemplado por todos os professores de Artes pesquisados, visto que os resultados indicam uma porcentagem baixa da adoção da musicalidade no ensino de Artes. Além disso, os profissionais que participaram da pesquisa demonstraram possuir pouco conhecimento sobre a legislação do ensino de música na educação básica. Por outro lado, a referida lei remonta ao ano de 2008, com mais de 10 anos vigência para que os professores adequassem sua prática incluindo o ensino da música.

Um dos objetivos propostos pelo estudo era identificar a abordagem do ensino de música nos documentos que norteiam o currículo na esfera federal,



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

estadual e municipal. Assim, com relação ao currículo e à aplicação da metodologia do ensino de música aos planejamentos dos professores de Artes, a pesquisa demonstrou que somente um percentual reduzido do conteúdo é aplicado no ensino de Artes em sala de aula. Ademais, os docentes apresentaram pouco conhecimento acerca do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

Tendo isso em vista, os participantes justificaram a não aplicação da música em sala de aula devido à/aos: a) formação obtida no curso de licenciatura em Artes Visuais contemplar artes plásticas e minimamente a musicalidade; b) falta de capacitação para o ensino de música disponibilizado pela Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas, vinculada à Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina; c) espaços impróprios para as aulas de Artes com ênfase em musicalidades; d) falta de instrumentos musicais; e) não possuir habilidade para tocar instrumentos musicais; f) não possuir afinidades com o tema musicalidade.

Considerando este estudo, portanto, denota-se ser necessário buscar cursos de capacitação, a partir música enquanto componente da área de linguagens, que enfatizem a musicalidade nas práticas em sala de aula. Isso pode ocorrer por meio de parceria entre as Secretarias de Educação, tanto municipal, quanto estadual, considerando não somente a importância do ensino de música, mas também da Lei Federal n.º 11.769, de 18 de agosto de 2008, que deve ser cumprida.

Não obstante, o presente estudo se consolida como um convite aos estudantes e pesquisadores que se sintam atraídos pelo tema, para também investigarem se a situação foi revertida ou não; além de contribuírem com mais pesquisas para a área da educação musical.



MORANTT, Anna Alice; GUMBOWSKY, Argos. Os professores de artes e o ensino da musicalidade nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista da FUNDARTE.* Montenegro, p.01-27, ano 21, nº 46, setembro de 2021.
Disponível em: http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/issue/archive > 30 de setembro de 2021.

**Referências:**

ABREU, R. R.; AQUINO, T. L. A base nacional comum curricular (BNCC) em aulas de música no ensino fundamental: analisando uma experiência de estágio. *Anais...* XV Encontro Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Educação Musical, Goiânia, 2018.

ANDRADE, A. S. A música como instrumento facilitador da aprendizagem na educação. 27 p. 2012. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.

SILVA, V. F.; ANDRADE, M. A. *Música na escola pública:* desafios e soluções. *Dia a dia da educação*, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2315-8.pdf. Acesso em mai de 2020.

ARAUJO, K. K. S. A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. *Brasil Escola*. 2015. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-contribuicao-da-musica-para-desenvolvimento-e-aprendizagem-da-crianca.htm. Acesso em mai de 2020.

AMPLANORTE - Associação dos Municípios do Planalto Norte de Santa Catarina. *Proposta curricular de educação básica das redes municipais da Amplanorte*. Amplanorte, Senac/SC.Mafra: Amplanorte, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Governo Federal, 2008.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Art. Acesso em nov. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular (BNCC).* Brasília: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em fev. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.* Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Governo Federal, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 2, de 10 de maio de 2016.* Define diretrizes nacionais para a operacionalização do ensino de música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Governo Federal, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40721-rceb002-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em jul. 2020.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais:* arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf. Acesso em jul. de 2020

CAMARGO, K. F. G. *Música nas séries iniciais:* uma reflexão sobre o papel do professor unidocente nesse processo. 2009. 29 p. Trabalho de Conclusão do Plano de Intervenção (Programa de Desenvolvimento Educacional na área de Arte.) - Universidade Estadual de Maringa, Maringá, PR, 2009.

CANOINHAS. Conselho Municipal de Educação. *Resolução nº 01, de 10 de fevereiro de 2020.* Institui e orienta a implantação da Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Florianópolis: CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, n. 3054, 13 fev. 2020.

FALCÃO, E. F. Educação Musical nas Escolas Brasileiras: Breve Retrospectiva Histórica, algumas Tendências e a obrigatoriedade nos Currículos atuais. *A Gazeta,* Jaboticabal, 1997. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1314/1314.pdf. Acesso em jun. de 2020

GOÉS, R. S. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico. *Revista do Centro de Educação a Distância,* CEAD/UDESC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 27 – 43, maio /jun. 2009.

GODÓI, L. R. *A importância da música na educação infantil.* 2011.36p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR. 2011.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. *Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.* Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. 476 p.

MORAES, J. G. V. História e música: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n.39, p. 203-221, 2000.

MOREIRA, A. C.; *et al*., A música na sala de aula - A música como recurso didático. *Revista Unisanta Humanitas*, Santos, v.3, n.1, p. 41-61, 2014.

NATERA, G. Brincadeira e música: orientações necessárias. *Revista Nupeart***,** v. 9, p. 36-50, 2011.

PENNA, M. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.7, p. 7-19, set. 2002.

QUEIROZ, L. R. S.; MARINHO, V. M. A formação continuada de professores de música frente à nova realidade da educação musical nas escolas de João pessoa. Anais... XII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2007, São Paulo: UNESP, 2007.

SANTOS, L. M. *Educação musical nos anos iniciais do ensino fundamental:* concepções e ações de coordenadoras pedagógicas escolares. 2006. 154 p. Dissertação (Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, Santa Maria, 2006.

SILVA, M.T. *A importância da música nas series iniciais do ensino fundamental no colégio sagrada família*. 43 p. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2010.

SOUSA, P. C. P; LOURENÇO, R. Contribuição do ensino de música na educação básica*. Anais...* Seminário de Educação e Colóquio de Pesquisa. Paranaíba: UEMS, 2019.

SOUZA, L. *Música e educação formal.* 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/M%C3%BAsica_E_Educa%C3%A7%C3%A3o_Formal.html?id=8Oh7DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em jun. de 2020

SWANWICK, K. *Ensino música musicalmente.* São Paulo: Moderna, 2003.

THOMAZELLI, P. P. Os sentidos da música dentro da base nacional comum curricular sob a ótica de Bakhtin. *Anais...* II Simpósio de Estética e Filosofia da Música, 2016, Porto Alegre: UFRGS, 2016.

TORRENTE, R. L. A Formação do professor de música e a área de atuação em Paranavaí-PR. *Anais...* XVII Encontro Regional Sul da ABEM Diversidade Humana,

Responsabilidade Social e Currículos: interações na educação musical Curitiba, 2016.

URIARTE, M. Z. O papel e a importância da educação musical na escola regular brasileira. *Anais...* III Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Curitiba: Unespar, 2005.

WERLANG, R. P. O ensino de música, na disciplina de artes, em um curso técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal Catarinense. 2016. 142 p. *Dissertação* (Pós-graduação Profissional em Artes) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2016.